

A censura moral de Jânio Quadros nas representações da imprensa católica do Estado da Guanabara em 1961

Marcelo de Azevedo Botelho¹

Resumo: O objetivo desse texto é analisar as representações da censura das diversões públicas na imprensa católica, averiguando suas relações com os decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros em 1961 por meio do jornal *A cruz* e da *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*. A análise das fontes revelou que, longe de serem medidas isoladas de Jânio, elas atendiam as demandas desses religiosos.

PALAVRAS-CHAVES: censura das diversões públicas – Jânio Quadros- imprensa católica

The moral censure of Janio Quadros in representations of the Catholic press of the Guanabara State in 1961

Abstract: The aim of this text is to analyze the representations of censure of public amusement in Catholic press, assessing its relations with the decrees of usages and customs of Janio Quadros in 1961 through the official *The cross* and of the *Journal of the Conference of Religious in Brazil*. The analysis of the sources showed that, far from being isolated measures of Janio Quadros, they met the demands of those religious

KEYWORDS: censorship of public amusement - Janio Quadros- Catholic press

Artigo recebido em 05/04/2015 e aceito em 21/04/2015.

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

Introdução

O objetivo desse texto é analisar as representações da censura das diversões públicas na imprensa católica, averiguando suas relações com os decretos dos usos e costumes^{II} de Jânio Quadros em 1961. Assim, visamos, de um lado, examinar a formação da opinião pública por esses periódicos católicos em relação às medidas de JQ, através da análise dos seus pressupostos morais. De outro, discutir até que ponto tais medidas emanadas pelo executivo se correspondiam com as demandas desses religiosos. Para isso, o recorte temporal restringe-se aos sete meses em que Jânio esteve à frente do Executivo Federal, de fins de janeiro em 1961 até a sua renúncia em agosto.

Será utilizada como fonte a imprensa católica do Estado da Guanabara, disponíveis na Biblioteca Nacional. Foram mapeados o Jornal *A cruz* e 12 revistas católicas^{III}. A imprensa católica, de acordo com o Anuário Católico de 1960, dividia-se entre os jornais, as revistas e os folhetos. Todos três eram, em grande parte, órgãos oficiais de distintas arquidioceses, congregações, ordens, institutos religiosos e outros. Nesse trabalho, a imprensa católica do Rio de Janeiro está representada, entre as dezenas de periódicos mapeados, por meio apenas do jornal *A cruz* e da *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*. Essa escolha metodológica será explicada mais detalhadamente no terceiro item.

Segundo o historiador Carlos Fico, há autores que interpretam a censura das diversões públicas como atos não ligados diretamente à política, restringindo-se a impedir o que era considerado imoral, no teatro, na TV, no cinema e assim por diante. Para outros, toda censura é um ato político, independente de destinar-se às questões morais ou a temas explicitamente políticos. Para Fico, é “impossível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política” na censura das diversões públicas, visto que há atos explicitamente políticos proibidos nas diversões públicas^{IV}. Dessa maneira, acredita-se que a dimensão moral e a dimensão política estão intrinsecamente relacionadas, visto que tais atos vão gerar prestígio político a Jânio. O termo “a censura das diversões públicas” será utilizado para representar as censuras associadas aos decretos morais dos usos e costumes de Jânio, isto é, as “diversões públicas” estão sendo compreendidas a partir das rinhas de galo, do cinema, do rádio, da TV, das revistas, dos concursos de beleza, das corridas de cavalos, entre outras coisas.

Para Habermas, as mudanças estruturais podem contribuir para dilatar a constituição da esfera pública por meio da imprensa, dos clubes, dos mercados de bens culturais entre outros, surgindo um público letrado e desenvolvendo-se uma consciência política. Assim, “no setor privado também está abrangida a esfera pública”, “pois ela é uma esfera pública de pessoas privadas” a partir do trabalho social, da família, da vida íntima e assim por diante. Essa esfera pública é intermediada, em grande parte, pela imprensa, que terá um papel fundamental na formação da opinião pública através da “luta dos argumentos”^V. Roger Chartier acredita que na formação da opinião pública há lutas simbólicas, isto é, “concorrências de representações” na construção do mundo social. Para Bourdieu, “a opinião pública não existe”, já que esse termo apenas legitima as relações de força, havendo grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses^{VI}. Essas reflexões serão fundamentais pra compreender o interesse desses religiosos na formação de uma opinião pública favorável à censura das diversões públicas e, conseqüentemente, aos atos moralistas de Jânio.

Diferente da leitura predominante na literatura existente, que interpreta os “atos do Executivo”^{VII} relacionados à moralização dos usos e costumes como produto da falta de equilíbrio psicológico de Jânio, por serem considerados “fora da História”^{VIII}, almejamos

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

discutir as seguintes questões: até que ponto a censura das diversões públicas foi apenas uma iniciativa do Executivo; as representações da censura da diversões públicas no Jornal *A Cruz* e na *Revista da Conferência dos Religiosos de Brasil* eram correspondentes com tais decretos; se a tão propalada “ameaça comunista” e o liberalismo tiveram influência direta na aprovação desses decretos.

Revisão bibliográfica sobre os decretos de Jânio e a postura da Igreja em 1961

É possível identificar três principais abordagens acerca dos decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros. No primeiro grupo, estão aqueles que advogam que esses decretos foram frutos da “insanidade” de Jânio. Entre esses, o historiador Thomas Skidmore considera Jânio Quadros um “Napoleão moderno”. A diferença para Napoleão estaria justamente em torno da temática moral, pois afirma que “desperdiçava energia com questões sem nenhuma importância”, como a proibição do uso de biquíni e do lança-perfume.^{IX}

Na segunda vertente interpretativa, encontram-se muitos dos correligionários de Jânio, cujas obras^X apontam a maioria dos atos moralistas como gestos simbólicos contra uma elite capitalista. O jornalista Mário Victor, por exemplo, explica que JQ posicionou-se ao lado do bloco progressista, iniciando as reformas estruturais reivindicadas pelo povo. De acordo com Victor, Jânio era um “homem de espírito superior” e os decretos eram formas de estimular a população a voltar-se para os problemas mais importantes, como a exploração e a desigualdade do sistema capitalista^{XI}.

Por fim, existem outros trabalhos acadêmicos que oferecem um enfoque relativamente mais detalhado sobre esses decretos. O historiador Moniz Bandeira afirmava que JQ manteve-se ao lado do grande capital. Bandeira afirma que a Igreja, desde JK quando havia um esboço de reatamento com a União Soviética, já era contra essa aproximação. No entanto, durante o governo Quadros, a Igreja não protestou porque, ao mesmo tempo em que se aproximava do bloco socialista, o presidente baixava decretos morais “para atender à reclamação de uma liga de senhoras católicas do Paraná”, sendo uma das formas de neutralizar uma das forças políticas do país^{XII}.

Para a cientista política Vera Chaia, a moralidade foi um aspecto relevante para entender como diferentes camadas sociais se uniram para apoiar Jânio, logo os decretos morais funcionaram como elemento homogeneizador, na falta de uma proposta política consistente^{XIII}. No entanto, ela argumenta que esses atos demonstram ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que JQ defendia o liberalismo, ele interferia nos comportamentos. Da mesma forma, Jânio editou tais decretos, mas foi acusado de assediar sexualmente uma ex-funcionária por ele demitida^{XIV}. Na obra de Chaia, a “batalha pela moralização” é produto das ações particulares de Jânio^{XV}, o que não quer dizer que a autora esteja defendendo a interpretação que destaca a insanidade dos atos do presidente. Conforme destaca, essas medidas ajudarão na construção da sua imagem moralista, gerando-lhe prestígio político.

Felipe Magalhães, na sua dissertação de mestrado, defendida em 1998^{XVI}, enfatiza a formação de Jânio no Colégio Diocesano e na Faculdade de Direito para explicar a sua postura política. Magalhães questiona os argumentos de Moniz Bandeira, afirmando que a temática moral já estava na agenda de Jânio desde os primórdios da sua carreira política, em 1946, não sendo meros atos para contrabalancear a sua política externa.

Newton Molon, mestre em comunicação social, explica a ascensão de JQ a partir do desenvolvimento capitalista, advogando um efeito determinante do crescimento tecnológico dos meios de comunicações na formação da opinião pública a favor de JQ^{XVII}. Porém, ele se

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

refere à grande imprensa e não à imprensa católica. Já Eduardo Grossi, também mestre em comunicação social afirma que a “ascensão meteórica” de JQ não ocorreu por causa dos meios de comunicação de massa, já que esses não seriam tão eficazes como se imagina^{XVIII}. Assim, argumenta que havia no Brasil grupos intermediários que reenviavam a propaganda janista aos eleitores em geral da sua região através de códigos que eles pudessem interpretar.

O historiador Jefferson Queler advoga que as classes inferiores também podem ter um espaço de manobra em relação à apropriação, criação e reformulação de suas próprias propostas políticas. Dessa maneira, Queler defende, sucintamente, que houve a solicitação da própria população para a implementação dos decretos morais^{XIX}.

Em relação ao posicionamento político da Igreja Católica o autor Cândido Procópio explica que apesar da separação com o advento da República, reinaram “relações oficiais” entre o Estado e a Igreja nesse contexto. Com o processo de redemocratização com o fim do Estado Novo, a Igreja apoiaria, em grande parte, as forças conservadoras, canalizando o voto católico em troca da garantia de prerrogativas do clero na constituinte de 1946. A LEC (Liga Eleitoral Católica) reivindicaria na Assembleia Constituinte a indissolubilidade do vínculo conjugal, a condenação do aborto, o ensino religioso nas escolas públicas e a assistência às Forças Armadas, prisões e hospitais. Os resultados seriam positivos para a LEC a partir da isenção de impostos, as leis sociais baseadas na doutrina social da Igreja e o matrimônio^{XX}.

Segundo Cândido Procópio, nesse período há discursos de episcopais brasileiros contrários ao capitalismo, reprovando o individualismo e a ganância. Em tais discursos é comum a afirmação de que esse sistema geraria perversões morais, pela supremacia da economia material em detrimento do espiritual e moral. No entanto, a crítica ao socialismo tem maior ênfase a partir da rejeição da luta de classes, porque seria um meio violento que produziria ódio e o caos.^{XXI} Porém, a “miséria moral” desse contexto não seria responsabilidade exclusiva do comunismo, visto que este encontraria um ambiente propício a partir das características do liberalismo econômico. Assim, uma vertente do pensamento social da Igreja apresentaria a restauração da ordem social cristã como uma solução para essa bipolarização através de uma “terceira via”. De acordo com Jefferson Queler, JQ também manteria essa posição.

Para Lucília de Almeida Delgado e Mauro Passos, durante a campanha presidencial de Jânio, o pensamento religioso interagiu com duas principais esferas. Havia uma atmosfera política muito intensa, estando em jogo dois projetos diferentes. De um lado, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, Militares Nacionalistas, Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), PCB e “católicos progressistas”. Esse lado almejava reformas sociais e econômicas para superar o subdesenvolvimentismo. Em outra posição, encontrava-se a Escola Superior de Guerra (ESG), os latifundiários, setores do empresariado nacional, UDN, segmentos da classe média e “conservadores” da Igreja Católica. Esses tinham um programa de desenvolvimento econômico arrojado, direcionado para a implantação da indústria de ponta e também para a preservação da estrutura agrária do país.^{XXII}

Para o historiador Rodrigo Motta, a Igreja Católica constituiu-se, como a instituição não estatal, mais empenhada na luta contra a “ameaça vermelha”. Isso ocorreu mais intensamente nos anos 1960, quando, por exemplo, o episcopado brasileiro produziu várias Cartas Pastorais anticomunistas. O “perigo vermelho” tratar-se-ia de apenas mais um adversário ao longo da História, sendo uma espécie de continuidade da Reforma. Portanto, “o desafio comunista tinha origem na eterna luta contra o bem e o mal e na ação do grande tentador, Satanás”^{XXIII}.

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

Muitos líderes católicos propagandearam o caráter imoral ou amoral dos revolucionários, vistos como destruidores do “ pilar básico do edifício cristão: a família.”^{XXIV}

As representações da censura das diversões públicas

Para estruturar a pesquisa, os atos janistas foram consultados na íntegra na *COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961*^{XXV}, pois reúnem atos dos poderes executivos publicados no Diário Oficial da União desde 1889 até 2000. Em seguida, pesquisamos o Anuário Católico de 1961 do Rio de Janeiro^{XXVI}, onde foram mapeados 1 (um) Jornal^{XXVII} e 33 (trinta e três) revistas^{XXVIII} que constituíam, institucionalmente, a imprensa católica do estado da Guanabara em 1961. Entre as publicações catalogadas, há apenas 1 (um) Jornal e 11 (onze) revistas, que estão disponíveis na seção dos periódicos impressos da Biblioteca Nacional (BN). Foram selecionadas, devido os limites desse breve artigo, a *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil* (RCRB) e o *Jornal A Cruz*. A RCRB foi escolhida, entre as 12 revistas disponíveis, devido as suas características peculiares: circulava em todo território nacional e seu público alvo era o próprio clero. Os seus vínculos institucionais eram nítidos, já que era propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB): “um dos mais poderosos órgãos católicos desse país (...) única dos religiosos do Brasil, abrangendo todos os Estados”^{XXIX}.

A RCRB era uma publicação mensal e saía sempre “no 1º dia de cada mês”. Portanto, foram pesquisados oito números^{XXX} da RCRB, as 7 edições que circularam durante o governo Jânio, e mais ainda, a publicação de 1º de setembro, com o intuito de perceber algum balanço reflexivo sobre a gestão janista, encerrada no dia 25 de agosto com a sua renúncia.

A impressão era realizada na Av. Rio Branco, 131, Rio de Janeiro e custava CR\$ 20,00 o exemplar avulso, CR\$ 200,00 a assinatura anual e US\$ 4,00 no exterior. O preço era acessível já que o salário mínimo girava em torno de CR\$ 9.600,00^{XXXI}. Não foi possível identificar os seus assinantes, porém, seu público alvo era, principalmente, os próprios religiosos a partir de padres, freiras, bispos, leigos entre outros. O número de páginas da RCRB oscilava entre 60 a 65 páginas, quase sem ilustrações, nem mesmo na própria capa. O formato aproxima-se de um livro, tendo suas dimensões entre 20 cm e 30 cm. Assim, exigia-se uma leitura densa através do domínio de conceitos restritos aos fiéis. Seus redatores eram, em grande parte, os próprios religiosos, de distintos estados brasileiros, como por exemplo, o então Bispo de Natal Dom Eugênio Sales e o Padre da Bahia Tiago G. Cloin.

As publicidades limitavam-se aos serviços oferecidos aos próprios religiosos como, por exemplo, *Cruzeiro do Sul* e *Panair do Brasil* e a *Fábrica de Cofres e Arquivos Bernardini S/A*. Não foi possível identificar a tiragem do periódico, mas talvez seja viável deduzir que havia um grande número de exemplares impressos, visto que circulava em todo território brasileiro e ainda era vendido no exterior. Sem contar que a revista ainda anunciava que não era possível atender a solicitação, existindo “números esgotados”^{XXXII}.

Há uma imensa supremacia de artigos vinculados à organização da Igreja e da fé em detrimento de textos que abordassem especificamente a esfera política. Com isso, talvez seja arriscado rotular esse periódico, durante esse curto período estudado, por meio de uma possível linha editorial predominante. Apenas um artigo foi encontrado, nesses exemplares examinados, que faz uma reflexão específica sobre o contexto político. Na verdade, esse texto foi uma reprodução na íntegra da “magistral conferência” sobre *Fundamentos da Política Social para o Desenvolvimento Nacional* proferida por Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal na época, durante o III Congresso Brasileiro de Serviço Social, que se realizou no Rio de Janeiro, entre 15 a 20 de maio de 1961. Foi publicado nessa revista em 1º de setembro de 1961.

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

De acordo com o balanço realizado por Dom Eugênio Sales, percebe-se que esse religioso dialogava mais, neste contexto de Guerra Fria, com uma vertente do pensamento social da Igreja, que seguia uma “terceira via”, conforme sinalizou Cândido Procópio. Dom Eugênio Sales chama atenção para “Alguns aspectos na formulação de uma política social de desenvolvimento” através do “Direito ao Trabalho”, “Direito à Associação”, “Previdência Social”, “Participação nos Lucros” e a “Elevação Cultural, Moral e Religiosa”^{XXXIII}. É interessante verificar que Dom Eugênio Sales advoga que para haver o desenvolvimento do país, são fundamentais os direitos trabalhistas, o combate à desigualdade e, por último, a “Elevação Cultural, Moral e Religiosa”. Dessa forma, a moralização também estava na agenda política desse religioso, que defendia um catolicismo social, sendo o responsável por esse único artigo, nesse período estudado, destinado exclusivamente a refletir sobre a situação política social do país.

Agora, em relação aos artigos que tratam, especificamente da moralização dos usos e costumes, foram encontrados, entre essas oito edições da RCRB estudadas, apenas dois artigos que se assemelham aos decretos de Jânio. Assim, por exemplo, o Decreto nº. 50.812, de 17 de junho de 1961, que proibia a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão e o Decreto nº. 51.134, de 3 agosto de 1961, que, entre outras questões, censurava qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão. No Artigo 4º, do Decreto nº. 51.134, dizia:

“Nos programas de televisão, é terminantemente proibida a apresentação de artistas em trajes menores, ou de maiôs, e ainda que se trate de propaganda comercial, a apresentação de peças íntimas femininas”. No Artigo 6º: “Antes da apresentação dos programas de espetáculos e diversões públicas no rádio e na televisão inclusive os programas de filmes e “vídeo-tape” as estações ficam obrigadas anunciar antes a autorização da censura prévia, indicando o número do certificado”^{XXXIV}

A primeira matéria da RCRB encontrada é de autoria do S. Santana Daniel, teólogo do Rio Grande do Sul, cujo título é: *Espelho da mentalidade dos grupos sociais*. Ele começa o texto explicando que:

“Podemos, por exemplo, cotejar as tendências das diversas escolas cinematográficas com os costumes pagãos reassumidos pela sociedade em que vivemos. Como a civilização ocidental está atualmente submersa numa onda de materialismo em que a agressividade militante ou a ignorância fazem caso omissivo de Deus, de igual modo a história do Cinema nos mostra escolas inteiras que recusam a criação de qualquer película adotada de abertura para o mundo espiritual. Nesta deplorável situação encontramos de uma parte a esmagadora maioria da produção norte-americana, que promove a alienação do espectador, arrancando-o à vivência da realidade para entretê-lo com as imagens do paraíso hollywoodense. De outra parte a ideologia russa que desnaturaliza ou destrói completamente os temas e argumentos religiosos (...) Dêsse tipo de cinema, creio que se poderia dizer com justeza aquilo que à religião atribuem os marxistas: “... é o ópio do povo!”^{XXXV}

Semelhante ao Dom Eugênio Sales, Santana Daniel também demonstra seguir uma terceira opção nesse mundo bipolar. Assim, argumenta que “os costumes pagãos” são oriundos tanto da “produção norte-americana” quanto da “ideologia russa”. Essa análise coincide com a ideia desenvolvida por Cândido Procópio sobre a postura da Igreja. Como já

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

foi exposto, Procópio destaca que muitos discursos episcopais salientavam que o capitalismo geraria “perversões morais”, visto que o liberalismo colocaria em risco os valores cristãos. Isso também reforça a ideia de que esse periódico tinha uma inclinação para uma terceira opção por meio de um catolicismo social, sendo os aspectos morais uma possível chave de leitura para identificar essa vertente católica, já que a “miséria moral” não era responsabilidade apenas do comunismo.

A segunda publicação é do Padre Guido Logger^{xxxvi}, chamada: *Mais um vez a classificação moral dos filmes*. Logo na introdução, advoga-se que:

“O aumento assustador de filmes imorais nos últimos tempos, faz com que sacerdotes e leigos católicos perguntem se a Igreja nada faz pra contrabalançar essa enxurrada dos filmes de crimes, de adultério, de amor livre, de anormalidades sexuais ou de sexo glorificado.

Daremos primeiro uma resposta à pergunta: o que a Igreja faz, não pra eliminar, mas pelo menos contrabalançar o perigo dos filmes imorais ?

Uma palavra esclarecedora foi lançada pelo Papa Pio XI na sua encíclica “Vigilanti Cura” de 1936, onde apontou claramente os perigos para a família e uma sociedade de um cinema imoral, e que pediu aos bispos do mundo inteiro que fundassem Centros Nacionais de classificação moral dos filmes, com o mandato da hierarquia Eclesiástica do País (...) e ensinassem aos fiéis a grave obrigação de obedecer às normas traçadas por esse órgão nacional.”^{xxxvii}

O religioso advoga que a Igreja está empenhada no combate ao “aumento assustador de filmes imorais”. Desse modo, tudo indica que os decretos do Jânio Quadros foram muito bem vindos, visto que No Artigo 6º, afirmava que a apresentação dos programas de espetáculos e diversões públicas no rádio e na televisão inclusive os programas de filmes deveriam passar por uma censura prévia. Assim, a Igreja também censurava o “cinema imoral” através dos “Centros Nacionais de classificação moral dos filmes”.

O Padre continua o texto, afirmando que antes da encíclica de 1936, já se fazia a classificação dos filmes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois, o Cardeal Dom Sebastião Leme transformou o Centro Nacional de classificação moral dos filmes em atividade reconhecida da Ação Católica Brasileira em 1938. Houve uma alteração em 1957, quando esse órgão foi colocado diretamente sob a responsabilidade da Comissão Central da CNBB. Esse órgão é o Serviço de Informações Cinematográficas (SIC), com sede no rio de Janeiro. A função desse órgão era, justamente, censurar “moralmente todos os filmes que entram no Brasil para exibição pública”, classificando-os: “1-Todos”, “2-Adolescentes”, “3A-Adultos”, “3B-Adultos com reservas”, “3C-Prejudicial” e “4-Condensado”^{xxxviii}.

Essas informações fornecidas pelo Padre Guido Logger, assistente eclesiástico do SIC da CNBB, ajudam a entender que a Igreja tinha um órgão de censura oficial aos filmes considerados imorais. Isso reforça a hipótese de que a Igreja apoiará as medidas de Jânio Quadros. No entanto, nessa revista não foi possível identificar qualquer apreço diretamente às medidas de Jânio, ou seja, textos que exaltavam os decretos do Presidente. Entretanto, no jornal *A Cruz*, ficam explícitos que diversos redatores “congratulavam-se” com tais decretos.

A opção de pesquisar o jornal *A Cruz* explica-se em razão de ser o único jornal, que circulava no Estado da Guanabara em 1961, inventariado como propriedade católica pelo Anuário da Igreja. Talvez um exame mais aprofundado possa identificar a existência de outros jornais católicos, que não foram catalogados nesse inventário. O jornal *A Cruz* foi fundado em 1917 no Rio de Janeiro e circulou até 1973. Não há disponível na Biblioteca

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

Nacional as publicações iniciais, estando acessíveis somente as publicações a partir de 1919. Isso dificulta pesquisar o porquê do seu surgimento, qual a sua finalidade e seus vínculos institucionais durante sua fundação. No entanto, existem diversas informações, entre as edições estudadas de 1961, que contemplam várias indagações desse trabalho.

Também não foi possível identificar a sua tiragem no período estudado, porém, há sinais de que havia uma grande quantidade impressa. A longa duração de 56 anos já oferece indícios da sua relevância. Esse periódico era impresso em Botafogo, na rua Real Grandeza nº 248. Em todas as edições havia uma mensagem restrita “Aos Católicos de Botafogo” para a colaboração com as obras da Igreja^{XXXIX}. No entanto, noticiava também questões particulares, como excursões, colaborações, eventos e romarias, de outras “Instituições Religiosas” de diversos bairros a partir de Copacabana, Centro, Grajaú, Inhaúma entre outros. Desse modo, não parece equivocado afirmar que esse jornal não circulava apenas em Botafogo.

A imensa quantidade de iconografias e anúncios publicitários também é outro elemento que indica a elasticidade do raio de alcance desse jornal. Entre as principais empresas industriais de grande porte que patrocinavam *A Cruz*, e portanto, garantiam seus anúncios regulares, podemos destacar: *Bayer do Brasil indústria química S. A*, *Produtos Kibon*, *Fábrica Bangu : companhia progresso industrial do Brasil*, *Mesbla*, *Mabar Internacional S.A* entre outros. O seu preço avulso custava CR\$ 10,00, a metade da RCRB, e a sua assinatura anual CR\$ 240,00, demonstrando ser acessível aos fiéis de baixo poder aquisitivo.

Todas as edições pesquisadas^{XL} tinham 8 páginas e sua periodicidade era semanal. Seu tamanho era standard, suas dimensões em torno de 75 cm e 60cm, bastante semelhante à diagramação dos jornais da grande imprensa na época, como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Não há espaço aqui pra fazer uma análise comparativa com esses dois periódicos de grande tiragem, mas é viável afirmar que *A Cruz* gozava de uma tecnologia e desenvolvimento bem semelhante aos dos jornais mais importantes do período estudado.

Diferente da RCRB, *A Cruz* tinha colunas fixas, como por exemplo, a *Tópicos*, que preenchia, exatamente, a segunda página toda, com diversos tópicos, abordando assuntos diversos, mas sem autores identificados. Assim, tudo indica que era a coluna de destaque do jornal. Nesta seção, foram encontrados grande parte das fontes aqui utilizadas. A coluna *Educação e Cultura* e *Um pouco de tudo* ocupavam a página três, seu colunistas eram, respectivamente, Nonato Silva e Antônio Guedes de Holanda, não havendo informações sobre a formação ou a ocupação deles. Nas páginas quatro e seis não havia seções estáticas, tratando de temas de diversas naturezas a partir do anticomunismo, moralismo, reforma agrária entre outras coisas. Já a quinta era ocupada pela coluna *Política Internacional* e *Política Nacional*, ambas anônimas. A penúltima era destinada em boa parte aos anúncios. A última página tratava de assuntos relacionados ao lazer, sendo a metade destinada à classificação dos filmes considerados imorais e a outra parte dividida entre matérias sobre esporte e música. Desse modo, essa parte responsável pela classificação dos filmes complementava na prática o que já foi desenvolvido teoricamente na análise da RCRB.

O Diretor-Responsável do jornal era Murilo Gondim, ex-diretor da Rádio Tupi. Havia diversos religiosos que escreviam reportagens em suas páginas, como o Padre Adalberto de Paulo Nunes e o Padre Damian Rodin. Porém, não foi possível identificar a ocupação ou a formação de outros autores, como o Alfredo Balthazar da Silva e José Augusto de Oliveira Netto, pois ambos eram escritores assíduos.

A Cruz se comunicava com seus leitores, saudando-os como “às classes conservadoras”^{XLI}. Afirmava, explicitamente em quase todos os números pesquisados, seu posicionamento contrário radicalmente à reforma agrária, ao direito de greve, ao nacionalismo

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

e ao comunismo, já que “nacionalista (...) é sinônimo de comunista”^{XLII}. A Frente Parlamentar Nacionalista equivaleria a “bizarros parlamentares” e a UNE “navegaria na mesmas águas”, logo seria “a favor de duas coisas: a foicezinha e o martelinho”. Desse modo, *A Cruz* não seguia uma terceira via em 1961, nesse ambiente bipolar, explicando, na coluna *Um pouco de Tudo* de Antônio Guedes de Holanda, que “O neutralismo é utópico; a terceira posição um mito(...) recebe-se mal o emissário da Casa Branca e fazem-se salamaleques a Moscou”^{XLIII}. Essas amostragens servem de exemplos para compreender o claro posicionamento político desse jornal, mesmo havendo divergências entre seus redatores.

A pesquisa sobre esse periódico se deteve acerca da sua postura em relação aos decretos de Jânio Quadros em 1961. Conforme já explorado na RCRB, a Igreja tinha o Serviço de Informações Cinematográficas (SIC), órgão responsável pela censura dos filmes e vinculado organicamente ao CNBB. Durante o levantamento realizado nas edições do jornal *A Cruz*, observou-se que a metade da última página, em quase todos os números examinados, era oferecida aos lançamentos dos filmes. Todavia, todos eles eram classificados de acordo com a SIC, havendo, por exemplo, cerceamento aos filmes considerados “3-C. Prejudicial”, pois “encerram prejuízo moral e espiritual para a maioria do público”^{XLIV}. Desse modo, esse jornal, semelhante ao artigo da RCRB, permite verificar que a Igreja mantinha uma postura em relação ao moralismo, bastante análoga aos atos de Jânio, reforçando simbolicamente a construção da opinião pública favorável à censura das diversões públicas.

O Decreto nº: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis, igualmente, foi bem receptível por esses religiosos, já que na coluna *Política Internacional*, no tópico: *Não Pode casar quem joga na Loteria*, noticiava-se no exemplar de 13 de março de 1961:

“A Igreja Oficial da Holanda (protestante) tem alguns pontos de programa sumariamente benéficos e é pena que não sejam adotados em outros países, mesmo católicos. (...) Entre nós, em geral, o jogo de loteria é tolerado e até mesmo permitido pelas autoridades civis, que dele tiram proveito. O jogo de loteria esportiva- vamos dizer corridas de cavalo ali no Jockey- reúne a fina flor da sociedade carioca, e lá se joga à vontade sobre os cavalos (...)”^{XLV}.

É curioso observar que ainda em março, já havia o interesse pela proibição das corridas de cavalos, questionando-se a “tolerância” das “autoridades civis”. Não foi localizada nenhuma matéria que noticiou esse decreto na atualidade imediata, porém, esse trecho acima permite inferir que esse ato transmitiu a ideia de um presidente intolerante com o que era considerado imoral por esses religiosos, distinguindo Jânio de outras “autoridades civis”. Essa avaliação equipara-se ao ponto de vista da Vera Chaia, quando ela acentua que esses atos de Jânio ajudaram na construção da imagem de um presidente moralista e religioso, gerando-lhe prestígio político.

A matéria *A Missão de Igreja e Sua Atividade na Terra*, no tópico *Contrabando*, traz, do mesmo modo, informações que permitem identificar a correspondência entre os atos moralistas janistas e a opinião setorial desses religiosos, que militavam em transformar em opinião geral:

“Merecedor de aplausos, está o governo empenhado em coibir o contrabando. De que ? Uísque, perfumes (...) Há, porém, outra espécie de contrabando que é livre, entra à vontade em nosso país, e até mesmo com autorização legal: livros imorais, folhetos obscenos, gravuras de autêntica pornografia, literatura de franca propaganda comunista, filmes indecentes, drogas anti-concepcionais, entorpecentes de todos os

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

tipos, modelos de vestidos indignos e de uma infinidade de outras coisas que derrancam caracter, aviltam os costumes e nos rebaixam à humilhante posição de importadores de escória. (...) Ainda ninguém explicou porque se coíbe um contrabando e não se coíbe outro. Seria o caso de mandar um bilheteinho a S. excia.”^{XLVI}

Essa matéria difunde a ideia de que Jânio merece “aplausos” ao coibir o contrabando de objetos ilícitos. Não obstante, solicita-se a Jânio que ele elabore, da mesma forma, atos contra a “importação de escória” a partir de inúmeros produtos julgados “obcenos”, cogitando-se a possibilidade de “mandar um bilheteinho a S. excia”. Com isso, é válido afirmar que esses religiosos levavam a sério também a censura das diversões públicas. É indispensável realçar, análogo ao Rodrigo Motta, como que as “gravuras pornográficas”, “vestidos indignos”, “filmes indecentes”, entre outras coisas, são equipados à “propaganda comunista”. Sendo assim, *A Cruz* inculcava representações dos decretos morais janistas como uma forma de guerrear contra a “ameaça vermelha”.

Na coluna *Tópicos*, no item *Um pouco mais adiante Presidente !*, nota-se que antes da censura às diversões públicas por Jânio já havia uma demanda exigindo “medidas saneadoras”.

“Mais uma vez está de parabéns o sr. Jânio Quadros com uma recente medida saneadora. Recomendou ao Ministro da Justiça que se entenda com os governos estaduais e com a Justiça, para coibir os abusos dos anúncios imorais publicados nos jornais e revistas, principalmente os anúncios de filmes cinematográficos cujas gravuras atentam contra o pudor e são inconvenientes aos menores de 18 anos.

Ideia feliz foi essa do Presidente da República, com quem sinceramente nos congratulamos. Entretanto, usaríamos pedir que S. Excia fosse um pouco mais longe, isto é, que entrevistasse também nos espetáculos de que esses anúncios fazem propaganda: teatro, cinema, rádio e televisão. (...) nas “boites”, nos cabarés, nas escolas de dança, etc..

Justiça seja feita, o Presidente está assoberbado de trabalhos (...).”^{XLVII}

Jânio Quadros recomendou ao ministro da Justiça Oscar Pedroso D’Horta que se empenhasse contra os “anúncios imorais”. Com isso, há uma aprovação imediata dessa recomendação, destacando que foi uma “ideia feliz” essa do Presidente “com quem sinceramente nos congratulamos”. Com isso, solicita-se que “fosse um pouco mais longe”. Assim, tudo indica que seus decretos posteriores reafirmaram essa “congratulação” desses fiéis com Jânio.

Na parte do texto em que se advoga a postura de Jânio: “Justiça seja feita, o Presidente está assoberbado de trabalhos”, ganha um forte significado quando é contextualizado através das principais matérias dessa mesma edição do jornal *A Cruz*. Assim, na capa dessa mesma edição havia inúmeras críticas à política externa de Jânio. A principal manchete alertava por meio do seu título: *O Governador Carlos Lacerda Define a Nossa Política Externa Errada e Perigosa*. No subtítulo uma explanação do próprio Carlos Lacerda: “Não votamos em Jânio- disse- para abrir as portas aos russos”. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que Jânio começa colocar em prática a sua proposta, que já se encontrava presente durante sua campanha presidencial em 1960, de reatamento como o bloco soviético, as forças conservadoras do país intensificaram as críticas a Jânio. Com isso, não parece equivocado deduzir que a ideia de “Justiça seja feita” a Jânio, estaria justamente ligada a essas críticas recebidas em razão da sua

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

política externa. Assim, essas advertências seriam injustas porque “o Presidente está assoberbado de trabalhos”, entre esses logicamente, suas “medidas saneadoras” moralistas que merecem “parabéns” para esses religiosos.

Essa análise abeira-se do trabalho de Moniz Bandeira, quando ele afirma que, ao mesmo tempo em que Jânio se aproximava do bloco socialista, o presidente baixava decretos morais para neutralizar as forças políticas da Igreja. Sendo assim, não é arriscado mencionar que tais atos contemplavam alguns projetos políticos da Igreja, surgindo a concepção, entre os fiéis, de que a “Justiça seja feita” a Jânio, isto é, a neutralização de muitos religiosos que dialogavam com o chamado bloco conservador. Contudo, é importante sublinhar que pode ser arriscado imaginar que apenas essa conjuntura bipolar teria determinado tais decretos. Segundo Magalhães, resgatar a formação educacional de Jânio é fundamental para entender que a temática moral já estava nos projetos políticos de Jânio desde os primórdios da sua carreira política, em 1946, não sendo meros atos para contrabalancear a sua política externa.

O Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961, que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos, foi reverenciado igualmente. Na seção *Tópicos*, no item *Brigas*:

“O chefe do Executivo baixou decreto proibindo em todo território nacional as brigas de galos (...) Mais uma vez manda a justiça que louvemos e aplaudamos a medida presidencial, que visa extirpar um procedimento nada de acordo com os sentimentos delicados da gente brasileira.”^{XLVIII}

Essa medida aconteceu oito dias depois do Decreto nº: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis. Assim, há sinais de que a expressão “mais uma vez” se refere à proibição das corridas de cavalos. Consequentemente, este e aquele decreto foram apreciados como atos em busca de “justiça”, por isso, pedem aos fiéis leitores que “louvemos e aplaudamos”.

Por fim, o famoso Decreto nº. 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza também foi noticiado e debatido. Em 9 de julho, o redator Alfredo Balthazar da Silveira escrevia uma matéria com o título: *Concursos de Beleza*.

“Os concursos de beleza realizados, ultimamente, não diferem das luperciais, celebradas em Roma, porque em tais funções, o pudor feminino é, duramente sacrificado; e, somente, pais paganizados permitem que suas filhas sejam objetos de olhares pecaminosos (...) Pais, que residem em nações cristianizadas, admitem que suas filhas compareçam a tais folguedos e sejam medidas e pesadas como se fossem animais para o uso comercial (...) Oh vergonha inaudita ! (...) Nenhuma vantagem moral proporciona às misses (...) tem de ser proibidos (...)”^{XLIX}

Alfredo Balthazar compara os concursos de beleza às festas pagãs, logo seria um absurdo, pais residentes em “nações cristianizadas” admitirem suas filhas a essa “vergonha inaudita !”. É possível apostar que o termo “nações cristianizadas” refere-se aos países capitalistas, em oposição aos países do bloco socialista, considerados imorais, pagãos e ateus, reiterando que essas medidas moralizados foram instrumentalizados como atos simbólicos anticomunistas. No entanto, também há nesse trecho recortado o vínculo dos concursos de beleza ao “uso comercial” do “pudor feminino”. Assim, tais decretos, por outro lado, contemplavam as perspectivas morais dos chamados católicos progressistas, uma vez que essa vertente acreditava que o sistema capitalista geraria perversões morais por causa da

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

supremacia da economia em detrimento do espiritual. Em suma, essas interferências nos comportamentos ajudaram Jânio Quadros a transpassar suas propostas a diversas camadas sociais e a distintas tendências ideológicas dentro da Igreja. Desse modo, como destacou Vera Chaia, o moralismo janista foi um elemento fundamental na homogeneização de diversos grupos sociais, aumentando sua força política.

Mais uma vez na coluna *Tópicos*, no artigo *Só de Saiote*, aparece o interesse na censura aos concursos de beleza. Porém, agora se refere, especificamente, ao decreto de Quadros:

“Os concursos nacionais e internacionais (...) grave inconveniente de exporem centenas de donzelas em público quase despidas (...) Vem agora o Sr. Jânio Quadros e em decreto proíbe formalmente (...) é uma medida que se aplaude fartamente. S. Excia. permite o uso de saioite. Presta assim homenagem ao reconhecido decoro da família brasileira. No decreto, refere-se ao grande número de reclamações que estava recebendo e salientou uma Liga das Senhoras Católicas do Paraná.”^L

A aprovação à censura aos concursos de beleza é justificada, entre outras questões, por “exporem centenas de donzelas em público quase despidas”. Assim, o decreto de Jânio “é uma medida que se aplaude fartamente”, demonstrando que o Presidente reconhece o “decoro da família brasileira”. Nessa fonte há mais um exemplo de como a imprensa católica, representada aqui nesse trabalho acadêmico através desses dois periódicos pesquisados, concomitantemente, aos atos de Jânio, foram militantes na luta pela formação de uma opinião pública favorável à censura das diversões públicas. Entretanto, diferente de Newton Molon, não se pretende aqui advogar que esses periódicos determinaram a postura dos fiéis leitores, pois como foi já mencionado por Queller, os fiéis têm a capacidade de reformular suas próprias propostas políticas. Dessa maneira, Queller defende, sucintamente, que houve a solicitação da própria população para a implementação dos decretos morais. Isso pode ser observado quando se afirma que Jânio recebera “grande número de reclamações”, solicitando essa proibição. Entretanto, vale ressaltar que por mais que houvesse solicitações ao Jânio, essas propostas moralizadoras, como já foi mencionado, já estavam presentes quando ele ainda era vereador em 1947. Com isso, não parece ser equivocado afirmar que “esse grande número de reclamações” não determinaram tais atos. Mesmo assim, é primordial uma análise empírica acerca desses pedidos moralizadores das pessoas comuns, verificando se realmente existiram, ou se não foi apenas uma estratégia utilizada por Jânio para combater possíveis reprovações.

Considerações Finais

Os decretos morais dos usos e costumes de Jânio foram interpretados por muitos como “frutos da insanidade” de Jânio, uma vez que estariam “fora da História”. Isso evidencia que tais atos foram protagonistas na construção da imagem de Quadros como um presidente sem crédito para uma investigação científica. Na contramão desse vertente, essa investigação tentou chamar a atenção ao longo do texto para a importância de tentar contextualizar tais medidas, fazendo uma relação entre esses decretos e a censura das diversões públicas representadas tanto no jornal *A Cruz* como na *RCRB*.

Através dessas ações, Jânio conseguiu reforçar simbolicamente as representações do ensinamento moral cristão, as quais eram apropriadas de acordo com as posições políticas de cada tendência dentro da Igreja. Assim, para os católicos conservadores, através do jornal *A*

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

Cruz, foram “medidas saneadoras”, entre outras questões, para combater à “ameaça vermelha”. Para os católicos progressistas, auxiliaram na luta contra o liberalismo capitalista, visto como gerador de “perversões morais” por valorizar apenas o lucro em detrimento dos valores cristãos. Para os que seguiram uma terceira via, cujo pensamento acha-se na RCRB, tanto o liberalismo como o comunismo eram responsáveis pela imoralidade, aquele mais pelo materialismo e esse, em grande parte, por ser “pagão e ateu”. Dessa maneira, fica evidente que tais decretos ajudaram a homogeneizar essas identidades políticas em torno da imagem de um presidente moralista e religioso.

NOTAS

^I Mestrando em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ UFRRJ. Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ UFRRJ. Contato: marceloazbo@yahoo.com.br

^{II} O termo: “moralização dos usos e costumes”, seguirá, em grande parte, a separação dual proposta por Vera Chaia. Conforme indica essa autora, que analisou a atuação política de Jânio Quadros, de um lado, encontram-se os decretos em torno da “moralização administrativa,” que estaria mais voltada para o funcionalismo público a partir da carga horária, demissão, concursos públicos e assim por diante. De outro, permanecem os decretos vinculados à “moralização dos usos e costumes” através da censura às revistas, a proibição de maiôs nos concursos de misses, das rinhas de galo e do lança-perfume e outras coisas. Dessa forma, o enfoque sobre a “moralização” durante a gestão presidencial janista aproximar-se-á da moralização dos usos e costumes. Ver: CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.

^{III} 1- *A Fátima Brasileira*; 2- *Estrela do Mar*; 3- *Mensageiro do Coração de Jesus*; 4- *Mensageiro do Santo Rosário*; 5- *Apóstolo do Santíssimo Sacramento*; 6- *O Bom Pastor*; 7- *Paz e Bem*; 8- *Pergunte e Responderemos*; 9- *Revista da Conferência dos religiosos*; 10- *Salve Regina*; 11- *Verbum*.

^{IV} FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *cartas ao regime militar*. *Revista Topoi*. RJ: vol 5, p. 251-286, 2002, p.7.

^V HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.85.

^{VI} BOURDIEU, Pierre - “A opinião pública não existe” in: Thiollent, Michel J. M. – *Crítica metodológica e investigação social e enquête operária*, São Paulo: Editora Polis, 1982, p.11.

^{VII} Entre tais atos presidenciais, foram catalogadas oito medidas: O Decreto nº: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jôqueis Clubes nos dias úteis, p. 194; O Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961, que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos, p. 256; O Decreto nº. 50.766, de 9 de junho de 1961, que disciplinava o funcionamento de jogos carteados, p. 509; o Decreto nº. 50.812, de 17 de junho de 1961, que disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão, p.549; o Decreto nº. 51.009, de 22 de julho de 1961, que proibia espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, p. 170; O Decreto nº. 51.134, de 3 agosto de 1961, que, entre outras questões, censurava qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão, p. 347; O Decreto nº. 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza, p. 470; o Decreto nº. 51.211, de 18 de agosto de 1961, que proibia o lança-perfume, p. 492. COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO.

Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html> 2013-02-18 14:11 h

^{VIII} Esta expressão foi tomada emprestada de: DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.

^{IX} SKIDMORE, Thomas. Brasil: *De Getúlio a Castelo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 238.

^X Autores com uma perspectiva bastante semelhante: CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: editado pelo próprio autor, 1959; CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

^{XI} VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil(de Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.6.

^{XII} BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.34.

^{XIII} *Ibidem*, p. 123.

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

^{XIV} *Ibidem*, p. 123.

^{XV} *Ibidem*, p.31. Grifo meu

^{XVI} MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

^{XVII} MOLON, 2006, p.9.

^{XVIII} GROSSI, 2001, p.7.

^{XIX} QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

^{XX} CAMARGO, 1995, p 428.

^{XXI} *Ibidem*, 425.

^{XXII} DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, RJ, Civilização Brasileira, 2003.

^{XXIII} MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. SP: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 19.

^{XXIV} *Ibidem*, p. 62.

^{XXV} COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOL II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO. 2013-02-18 14:11 h
^{XXVI} Disponíveis na BN: *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB*. p. 380. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.

^{XXVII} Disponível na Biblioteca Nacional: O Jornal semanal católico *A Cruz*, nº : 2190/ 2450, loc: 5-340-5,14.

^{XXVIII} 1-A *Fátima Brasileira*; 2-A *Vitória*; 3-*Centelhas*; 4- *Cruzadas Eucarística*; 5-*Ecos dos colégios*; 6- *Encontro*; 7-*Estrela do Mar*; 8-*Mensageiro*; 9- *Mensageiro do Coração de Jesus*; 10-*Mensageiro do Santo Rosário*; 11;*Mensagem*; 12- *Nossa Comunidade* ; 13- *O Apóstolo* ; 14- *Apóstolo do Santíssimo Sacramento* ; 15- *O Bom Pastor*; 16- *Pão e Luz*; 17- *Paz e Bem*; 18- *Pergunte e Responderemos*; 19- *Reparação*; 20- *Revista Catequética*; 21- *Revista da Asa*; 22- *Revista da Conferência dos religiosos*; 23- *Revista do Clero*; 24- *Revista Gregoriana*; 25- *Salve Regina*; 26- *São José*; 27- *São Vicente*; 28- *Sino de São Sebastião*; 29- *Traço de União*; 30- *Verbum*; 31- *Vida Paroquial*; 32- *Vita*; 33- *Você d'Itália Cattolica*.

^{XXIX} Organização que passou a existir desde 1954, “tornando-se um dos mais poderosos órgãos católicos desse país (...) única dos religiosos do Brasil, abrangendo todos os Estados. Ver: *RCRB*, nº 69- 01/03/1961, p. 155.

^{XXX} Números editoriais trabalhados: nº 68, nº 69, nº70, nº 71, nº72, nº73, nº 74 , nº 75.

^{XXXI} Disponível em < <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf> >. Acesso em 13 dez. 2014

^{XXXII} *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*, nº 72- 01/06/1961, p.376.

^{XXXIII} *Ibidem*, nº 75- 01/09/1961, p. 566.

^{XXXIV} ATOS DO PODER EXECUTIVO. p. 346.

Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>
2013-02-18 14:11 h

^{XXXV} *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*, nº 73- 01 de julho de 1961, p. 407.

^{XXXVI} Pe. Guido Logger, dirigiria a comissão de classificação moral de filmes.

^{XXXVII} *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*, nº 75, 01 de Setembro de 1961, p.531.

^{XXXVIII} *Ibidem*, nº 75, 01 de Setembro de 1961, p.532.

^{XXXIX} *A Cruz*, nº 2.288- 08/01/1961, p.6.

^{XL} As pesquisas foram realizadas desde a edição de 1º de Janeiro de 1961, número editorial: 2287, até a impressão de 27 de Agosto, número editorial: 2321.

^{XLI} *A Cruz*, nº 2293- 12 de fevereiro de 1961, p.1.

^{XLII} *Ibidem*, nº 2287- 01 de janeiro de 1961, p.2.

^{XLIII} *Ibidem*, nº 2289- 26 de março de 1961, p.4.

^{XLIV} *Ibidem*, nº 2298- 19 de março de 1961, p.8.

^{XLV} *Ibidem*, nº 2297- 13 de março de 1961, p.5.

^{XLVI} *A Cruz*, nº 2303- 23 de abril de 1961, p.4.

^{XLVII} *A Cruz*, nº 2310- 11 de junho de 1961, p.2.

^{XLVIII} *Ibidem*, nº 2311- 18 de junho de 1961, p.2.

^{XLIX} *Ibidem*, nº 2314- 9 de julho de 1961, p.6.

^L *Ibidem*, nº 2320- 20 de agosto de 1961, p.2.

A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes impressas

Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8

Coleção das Leis de 1961 – Volume II, IV, VI. Atos do Poder Executivo. Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html> 2013-02-18 14:11 h

Jornal A Cruz. Rio de Janeiro, nº: 2190/ 2450, disponível na BN, loc: 5-340-5,14.

Revista da CRB, nº 1. Loc: 4,503,01,01/ do nº 68 até o nº 75 Loc: 4,503,01,13.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 7. ed. 2011.

_____, Pierre - "A opinião pública não existe" in: Thiollent, Michel J. M. – *Crítica metodológica e investigação social e enquête operária,* São Paulo: Editora Polis, 1982.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; “Igreja Católica: 1945-1970”. In: FAUSTO, Boris (org.). *HGCB.* Tomo III – O Brasil Republicano. 4o Volume – Economia e Cultura (1930-1964). 3 . ed. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990).* São Paulo: Humanidades, 1991.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia.* Rio de Janeiro, 1990.

FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar. *Revista Topoi.* Rio de Janeiro: vol 5, p. 251-286, 2002.

GROSSI, Eduardo. *Aspectos folkcomunicacionais da propaganda política de Jânio quadros na campanha presidencial de 1960.* Anais do 24. Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LUCA, Tania Regina de. “*História dos, nos e por meio dos periódicos.*” In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora) *Fontes Históricas.* 2. ed. São Paulo: Cotexto, 2006.

**A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS NAS REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA
CATÓLICA DO ESTADO DA GUANABARA EM 1961**

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*.1998. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,1998.

MOLON, Newton Duarte. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros*. (Dissertação em comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: *De Getúlio a Castelo*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.